EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N.º 17, DE 07 DE MARÇO DE 2.025.

"Acrescenta-se os §§1º ao 7º e altera caput do art. 125 da Lei Orgânica Municipal de Andradas/MG."

Faço saber que a Câmara Municipal de Andradas aprova, e a Mesa Diretora PROMULGA a presente Emenda à Lei Orgânica do Município de Andradas:

Art. 1.º - Acrescenta-se os §§1º ao 7º e altera caput do art. 125 da Lei Orgânica, que passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 125. O orçamento municipal terá previsão para receber emendas parlamentares e de bancada.

§1º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§2º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no §1º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso III do §2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§3º É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o §1º deste artigo, em montante correspondente a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, devendo a execução da programação ser equitativa.

§4º A garantia de execução de que trata o §3º deste artigo aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§5º As programações orçamentárias previstas nos §3º e 4º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

§6º Para fins de cumprimento do disposto nos §§3º e 4º deste artigo, os órgãos de execução deverão observar, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes.

§7º Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente de autoria, observado o disposto no §1º deste artigo."

Art. 2.º Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Andradas entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Andradas, 07 de março de 2025.

ADEMIR DOS SANTOS PEREZ
Presidente

VALÉRIA DE LIMA SOUSA
Secretária

CARLOS ROBERTO DA SILVA
Vice-Presidente